

Envolvimento das universidades no Plano de Recuperação e Resiliência e no Programa Portugal 2030

Propostas do CRUP

1 – Plano de Recuperação e Resiliência e envolvimento das universidades

Na versão do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), divulgado publicamente e analisado pelo CRUP, verificámos que não existem, ou são raras vezes mencionadas, as palavras ciência, universidades, conhecimento, ensino superior, I&D.

Não está previsto nenhum programa de investimento nas Instituições de Ensino Superior, nem em infraestruturas ou equipamentos, nem nas atividades que desenvolvem. Todo o Plano se baseia no pressuposto de que a recuperação da economia, a modernização de vastos sectores da sociedade e a transição digital vai fazer-se sem as IES e sem as instituições científicas.

- Na reforma que visa promover **o investimento na investigação e inovação** (1386 M€), o programa que aparentemente se destina a atividades de I&D chama-se **Missão Interface** (186 M€), destinado ao reforço de centros de transferência de tecnologia. No programa **das Agendas Mobilizadoras (930 M€)** parece prevalecer a ideia da investigação aplicada à indústria, de banda muito estreita, não sendo claro se são as empresas ou as instituições científicas a liderar os processos.
- Na reforma que tem como objetivo **melhorar o nível de competências da população**, os programas começam e acabam na modernização do ensino e da formação profissional, parecendo, na prática, ter-se abandonado as metas relativas às formações de nível superior. Num total de 1369 M€, apenas 170 M€ respeitam a projetos passíveis de ser desenvolvidos por IES.
- Na reforma que visa apoiar a utilização de tecnologias para **a transição digital** (2 858 M€) estão previstos investimentos nas escolas não superiores, nas empresas e na administração pública, mas não nas IES.



O MCTES apresentou ao CRUP um documento que esclarece algumas dúvidas, mas não resolve o problema de fundo: menorização e ausência de prioridade atribuída à ciência, à investigação e às universidades no Plano de Recuperação e Resiliência.

Tendo em vista enriquecer o Plano de Recuperação e Resiliência, e considerando as clarificações apresentadas no documento do MCTES, o **CRUP propõe que sejam consideradas as seguintes propostas a incluir no PRR:**

Na reforma que visa promover o **investimento na investigação e inovação** (1386 M€):

- O Programa Missão Interface deve incluir a modernização das infraestruturas tecnológicas das instituições científicas de interface com outros sectores da economia e da sociedade, em convergência com as melhores estruturas europeias de investigação; bem como o apoio aos gabinetes e centros de transferência de conhecimento e tecnologia para as empresas e outras entidades.

- No Programa Agendas Mobilizadoras, tendo em conta os clusters identificados, deve ser exigida a pluridisciplinaridade das equipas e a diversidade institucional, não devendo ser impedida a liderança de projetos por instituições científicas ou universidades. O processo de constituição e aprovação dos consórcios deve ser aberto e competitivo, claro nos objetivos e critérios de aprovação.

- O Programa Agendas Mobilizadoras deve contemplar uma parte de investimento nas dinâmicas de produção de conhecimento baseadas na agenda científica e não apenas na agenda da industrialização e da aplicação. A primeira condição para dispor de conhecimento aplicável à indústria ou à resolução de qualquer problema é a sua existência, é a sua produção continuada. Será um erro não canalizar parte dos fundos para manter as dinâmicas de investigação científica pluridisciplinar e baseada em trabalho colaborativo independentemente da sua aplicação imediata. O Programa deve ainda prever o apoio ao restauro de ecossistemas e incorporação de estratégias de economia circular, bem como ao estabelecimento de parcerias entre universidades e a generalidade dos setores da economia.

Na reforma que visa melhorar o **nível de competências da população** (1 369 M€):

- O programa conta com um investimento (710 M€) destinado apenas a escolas de ensino profissional e centros de formação profissional, não se compreendendo a exclusão das IES. Sugere-se a inclusão de uma linha de modernização tecnológica das IES, bem como de financiamento de atividades de formação e de ensino superior inovadoras, interdisciplinares, numa base competitiva e promovidas por universidades ou politécnicos, nos mesmos moldes em que se prevê a modernização do ensino e da formação profissional.

- Seria igualmente importante, considerar uma linha de apoio à formação avançada, desenvolvido no quadro de parcerias entre os centros de investigação, as empresas e a administração pública;



- O subprograma Jovem STEAM (140M€), tal como apresentado, destina-se exclusivamente às escolas secundárias e aos Clubes de Ciência Viva. Seria importante considerar uma linha de apoio às IES para que organizem e ofereçam cursos de preparação em STEAM, para jovens que terminam o secundário, em programas de ensino prévios e preparatórios para os cursos de ensino superior.

- O subprograma Impulso Adultos (120 M€), tal como apresentado, é claro nos objetivos, mas indefinido no tipo de projetos que se pretende desenvolver, distinguindo-se mal do programa Redes de Escolas de Sistemas Digitais e Centros Colaborativos com Empresas (50 M€), aparentemente vocacionado para a formação de jovens. Uma vez que, nesta reforma, são os únicos programas que claramente respeitam às IES, seria importante definir mais rigorosamente a tipologia de iniciativas a apoiar, permitindo um acesso a todas as IES, universidades e politécnicos, numa base competitiva.

Na reforma que visa apoiar a **transição digital** (2 858 M€):

- A ausência das IES na reforma que tem como objetivo capacitar as instituições para a transição digital é incompreensível, sobretudo se se considerar que está previsto um incentivo inicial de 1 670 M€ para organismos da AP. O programa deve prever também a possibilidade de modernização das IES e defende-se que seja incluída uma linha de apoio e de estímulo ao desenvolvimento de plataformas e projetos de ensino à distância, em português.

Programa Recuperação e Resiliência		Financiament o 2021-26	Observações
Investimento e Inovação		1 386 M€	Nesta reforma está ausente o investimento e incentivo às atividades de I&D e às IES
RE-PP-C5-i1	Agendas mobilizadoras de reindustrialização: A evolução da estrutura produtiva diversificada para produtos (mais) complexos através de novas combinações de capacidades e competências que promovam ecossistemas inovadores suportadas em alianças de desenvolvimento industrial e tecnológico.	930 M€	Não é claro como as instituições de ciência e ensino superior podem participar neste programa. Ao longo do documento é muitas vezes reafirmada a orientação da agenda para a economia e para as empresas. É necessário garantir a pluridisciplinaridade e a diversidade institucional. Deve ser permitido IES liderarem os consórcios
RE-PP-C5-i2	Missão Interface - renovação da rede de suporte científico e tecnológico e orientação para tecido produtivo: Reforçar e capacitar o Sistema Científico e Tecnológico nacional e fomentar a sua articulação com a indústria, assegurando uma eficaz transferência de tecnologia e a valorização económica do conhecimento.	186 M€	O único programa que refere explicitamente o sistema científico e tecnológico, prevalecendo a ideia da investigação aplicada à indústria, de banda muito estreita. Necessidade de considerar articulações não apenas com a indústria; pluridisciplinaridade e diversidade institucional.
RE-PP-C5-i3	Agenda de investigação e inovação para a sustentabilidade da agricultura, alimentação e agroindústria.	93 M€	Apenas a agricultura e agroindústria têm um programa de apoio à investigação.
Qualificações e Competências		1 369 M€	Na reforma que tem como objetivo melhorar o nível de competências da população, os programas começam e acabam na modernização do ensino e da formação profissional, parecendo, na prática, ter-se abandonado as metas relativas às formações de nível superior.
RE-PP-C6-i1	Modernização do ensino Profissional	710 M€	Necessário prever linha para modernização física e tecnológica de IES, semelhante ao previsto para escolas e centros de formação profissional, incluindo o apetrechamento de laboratórios de formação avançada.
RE-PP-C6-i2	Qualificação e competências para a inovação e renovação industrial (na quinta e última alínea prevê a criação de 10 escolas de pós-graduação em colaboração com empresas).	360 M€	Linha de investimento destinada à formação profissional, que inclui na última alínea o projeto de criação de 10 escolas de pós-graduação. Necessário contemplar explicitamente as IES.
RE-PP-C6-i3	Promover uma recuperação assente nas pessoas e na modernização da economia, através do ensino-aprendizagem em áreas STEAM (ciência, tecnologia, engenharia, artes e matemática), atraindo mais jovens para o ensino superior, em particular os jovens das vias profissionalizantes.	140 M€	Programa destinado aos jovens e ao Ciência Viva. Necessário considerar o envolvimento de IES na organização de cursos preparatórias ao acesso de jovens a cursos STEAM.
RE-PP-C6-i4	Impulso Adultos (inclui na terceira e última alínea os programas re-skilling e up-skilling para 100.000 adultos).	120 M€	Necessário clarificar a tipologia de projetos a desenvolver e manter o programa aberto a todas as instituições universitárias e politécnicos.
Transição digital		2 858 M€	Ausência de incentivos e programas de apoio para a transição digital nas IES. Necessário abrir a possibilidade de desenvolvimento de plataformas de ensino a distância em português.
	Escola digital	538 M€	
	Empresas	650 M€	

	Administração pública	1 670 M€	Incluir linha de apoio à transição digital das IES
Vulnerabilidades Sociais		3 504 M€	
	SNS	1 038 M€	
	Habituação	1 633 M€	Clarificar a linha de apoio à construção de residências para estudantes
	Respostas Sociais	583 M€	
	Operações em Comunidades desfavorecidas	250 M€	



2 – Plano Nacional para o Alojamento no Ensino Superior

No Plano de Recuperação e Resiliência não estão previstos instrumentos financeiros que permitam apoiar a concretização do PNAES.

São conhecidas as enormes dificuldades que tanto o Governo como as IES têm tido na concretização do referido Plano.

Apesar dos esforços do Governo na determinação de disponibilização de imóveis, na simplificação dos processos de contratação e na definição de um modelo de financiamento através da Fundistamo, apesar dos esforços e iniciativas das IES para concretizar projetos de requalificação de edifícios ou de construção nova, hoje sabemos que dificuldades de diferente natureza têm-se constituído como verdadeiros obstáculos ao cumprimento dos objetivos, quantitativos e qualitativos, do Governo e das IES, inscritos no Plano. As dificuldades encontradas pelas Universidades são as seguintes:

- dificuldades na cedência de edifícios para reabilitação ou de terrenos para construir de novo, tanto por parte do património do Estado como de instituições como a Santa Casa da Misericórdia ou as autarquias; o princípio da onerosidade do Estado traduz-se em exigências financeiras incomportáveis;

- ausência de disponibilidade financeira, uma vez que todos os modelos disponíveis implicam endividamento e muitas instituições não têm condições para contrair tais empréstimos.

As soluções que têm sido apresentadas pelo MCTES não resolvem o problema das universidades sem meios financeiros para realizar as obras, e ainda menos daquelas que não têm terrenos ou imóveis para reabilitar, que estão dependentes da boa vontade da Direção Geral do Património, das autarquias ou de outras instituições.

As possibilidades de financiamento apresentadas são sem dúvida um progresso em relação ao modelo da Fundistamo, mas mantêm-se inacessíveis para universidades sem condições para assumirem tais compromissos. O CRUP considera, portanto, necessário analisar as condições concretas das universidades que não têm condições de contrair empréstimos e assegurar um financiamento a fundo perdido.

O CRUP considera que não será possível executar uma política de construção de novas residências de estudantes, que permita atingir os objetivos anunciados pelo Governo, sem dotação financeira específica do Orçamento de Estado, para este fim, ou sem a disponibilização de fundos comunitários.

As IES necessitam ter disponíveis, em residências dos Serviços de Ação Social, muitas mais camas do que aquelas que existem atualmente. As IES têm capacidade para construir cerca de 4.000 novas camas por ano, nos próximos anos, desde que existam meios financeiros para o efeito. A construção deste número de camas custará cerca de 130 milhões de euros por ano. Atendendo ao tempo que decorre,



desde o início do processo até à realização da despesa, esta dotação poderia ser atribuída de forma progressiva ao longo dos próximos 3 anos, até atingir o valor referido.

Assim, **ao CRUP é de parecer que:**

- São necessárias medidas mais eficazes no que respeita à disponibilização do património público, edifícios devolutos com potencial de recuperação ou terrenos, já identificados no Decreto-Lei 30/2019.
- É necessário prorrogar o prazo de aplicação de condições excecionais para a adjudicação das empreitadas e da aplicação do princípio da onerosidade do estado, nos termos previstos no D-L 30/2019.
- O financiamento por empréstimo do IFRU é apenas elegível para projetos de recuperação de edificado em determinadas localizações e tem como exigência a recuperação da totalidade do edifício e não apenas uma parte. Seria importante que casos concretos de recuperação parcial de conjuntos de edifícios pudessem ser considerados. Um entendimento mais abrangente do conceito de reabilitação urbana, o fundo deveria prever também a possibilidade de construção de novos edifícios para residências de estudantes em zonas urbanas a reabilitar.
- Quanto ao financiamento BEI, também por empréstimo, o CRUP está disponível para trabalhar na apresentação de projetos conjuntos, em consórcio entre várias IES, para o desenvolvimento de um conjunto de valor igual ou superior aos 50 milhões de Euros. Neste contexto, por exemplo, as IES superior poderiam juntar os seus diferentes projetos, formando um conjunto com a dimensão necessária e preparar a submissão de uma candidatura a financiamento direto do BEI, a obter pelo Governo.
- Quanto ao projeto de transformação do edifício da Av. 5 de Outubro em residência de estudantes, dadas as dificuldades e atrasos na concretização do projeto e tal como sugerido pelo Senhor Ministro, as IES de Lisboa, por contrato, estão disponíveis para assumir a responsabilidade pela gestão e realização do empreendimento de requalificação, devendo ser esclarecida a questão do financiamento.
- No documento de apresentação programa Alojamento Estudantil incluído no Plano de Recuperação e Resiliência, no valor de 375 M€, incluindo empréstimos, importava clarificar que a responsabilidade pelos compromissos é do Governo. Importava também esclarecer qual é a entidade que vai gerir o programa, avaliar as propostas e decidir sobre o financiamento.

3 – Portugal 2030 e envolvimento das universidades

Na Resolução do Conselho de Ministros n.º 98/2020, que aprova a Estratégia Portugal 2030, o envolvimento das Instituições de Ensino Superior é requerido de forma explícita na agenda temática 2: digitalização, inovação e qualificações como motores do desenvolvimento, cuja estrutura programática se resume adiante.



Completando informação constante da RCM com o documento disponibilizado pelo Senhor Ministro na reunião do CRUP de 10 de novembro, confirma-se a omissão quanto às necessidades de investimento na modernização das instituições de ensino superior. **O Portugal 2030, tal como o PRR, partem do pressuposto de que no ensino superior já nada mais há a fazer nem a investir.** Nos dois documentos avançam-se com objetivos e metas de qualificação de jovem e adultos com o nível de ensino superior, mas não se apresentam programas específicos para a concretização de tais objetivos.

A desvalorização do papel das universidades, como instituições de produção e difusão de conhecimento, está patente na frase inscrita na RCM em que se afirma:

“Adicionalmente, a investigação realizada em Portugal e o conhecimento gerado têm sido muito orientados para o aumento do stock de conhecimento na comunidade científica, com um menor enfoque na inovação e no desenvolvimento de soluções que envolvam as empresas e na criação de produtos que cheguem ao mercado, falhando muitas vezes em responder aos desafios reais do tecido produtivo” (pág. 29).

Tal afirmação revela dois problemas: em primeiro lugar, parece ignorar que a investigação realizada em Portugal se faz maioritariamente no quadro das universidades por docentes/investigadores; em segundo, alimenta o preconceito do fechamento das universidades sobre si próprias e desligadas do mundo dos problemas. Perante esta afirmação, o CRUP defende que as universidades devem ser valorizadas, pelo seu papel, sobretudo nos últimos 40 anos, na formação superior de jovens e de adultos, sendo essa a principal forma de difusão e de transferência de conhecimento para a sociedade e a economia.

A investigação realizada em Portugal não está orientada, nem tem estado, para o *aumento do stock de conhecimento na comunidade científica*. Está orientada para produzir conhecimento que, entre outros objetivos, permitiu qualificar, inovar e modernizar o ensino superior, formar milhares de jovens e adultos em diferentes domínios profissionais, áreas disciplinares e níveis de graduação, cumprindo dessa forma a sua missão de transferência e difusão de conhecimento. Se não tivesse havido, nos últimos 40 anos, o investimento em ciência e no ensino superior, Portugal, as suas instituições de saúde, da administração, das empresas, não teriam conseguido responder à crise que o país atravessa neste momento. E se persistem atrasos e dificuldades eles não se devem ao fechamento das instituições científicas sobre si mesmas. Todos os dias temos notícias de exemplos dos esforços que as instituições científicas e as universidades fazem para responder à agenda dos problemas sociais e económicos do país, para se internacionalizarem e alinharem a sua atividade pelo melhor que se faz na Europa e no mundo.

Considerando a informação disponível o CRUP considera necessário que no programa Portugal 2030 se reconheça explicitamente o papel e a importâncias das universidades na sua tripla missão de produção de conhecimento, difusão através do ensino e da formação de diplomados e transferência de conhecimento para a sociedade. As universidades podem fazer mais e melhor, mas é necessário melhorar as condições



do exercício da sua ação e, por essa razão, o **CRUP apresenta propostas concretas de enriquecimento do Portugal 2030:**

- O CRUP deve ser envolvido no processo de definição de critérios para a fixação do roteiro ou do mapeamento das infraestruturas científicas, como parte ativa em permanência ao longo de todo o Programa;
- Programa de investimento na modernização tecnológica e do edificado das instituições do ensino superior;
- Programa de estímulo ao desenvolvimento de ofertas formativas inovadoras, pluridisciplinares e envolvendo diferentes instituições, que permitam a formação de diplomados em diferentes domínios e níveis de graduação, preparados para responder aos desafios das sociedades contemporâneas;
- Programa para a criação, nas instituições de ensino superior, de mecanismos de valorização do conhecimento produzido no seu ecossistema, de promoção da empregabilidade inserção no mercado de trabalho dos doutorados, reforçando a sua capacidade e recursos de articulação com a sociedade;
- Programa de apoio à participação em redes europeias de universidades;
- Programa de apoio a projeto interinstitucional de ensino a distância, em língua portuguesa, visando atrair mais adultos para o ES e projetar o ES português na CPLP;
- Programa de desenvolvimento de campi 4.0, promovendo a evolução para novos conceitos de “sala de aula”;
- Programa de apoio à transformação digital das universidades, de forma a melhor prover a educação a distância e aumentar a eficiência dos processos de gestão.

Portugal 2030 – Agenda temática 2 – digitalização, inovação e qualificações como motores do desenvolvimento

Na Resolução do Conselho de Ministros n.º 98/2020, que aprova a Estratégia Portugal 2030, o envolvimento das Instituições de Ensino Superior é requerido de forma explícita na agenda temática 2: digitalização, inovação e qualificações como motores do desenvolvimento

A agenda temática 2 está estruturada em quatro domínios estratégicos fundamentais:

• **Promoção da sociedade do conhecimento** - serão prosseguidos três eixos de intervenção chave:

- Reforçar a base de conhecimento científico alinhado com as prioridades de desenvolvimento da economia e sociedade portuguesas e europeias e a capacidade de resposta aos desafios sociais e económicos, estimulando a capacidade de investigação das entidades não empresariais do Sistema de Investigação e Inovação (Sistema de I&I), de modo a garantir a afirmação e especialização de Portugal no contexto das prioridades definidas a nível europeu;
- Reforçar a capacidade de transferência de conhecimento das entidades não empresariais do Sistema de I&I, promovendo a sua ligação mais estreita com o tecido económico;
- Promover a cultura enquanto fator de cidadania e de valorização da informação e do conhecimento, da aprendizagem, da qualificação e da formação contínua, da criatividade e a inovação como fatores-chave da competitividade.

• **Digitalização e inovação empresarial** - os eixos de intervenção neste domínio são:

- Transformar estruturalmente a economia, com a catalisação de novo investimento estruturante, em particular IDE, e a promoção de um ecossistema de empreendedorismo, que atraia investidores nacionais e estrangeiros para investirem em *startups* e promovam e acelerem o seu crescimento, em particular das orientadas para os mercados externos, assumindo -se como fatores de mudança disruptiva da estrutura produtiva;
- Promover o empreendedorismo e o espírito empresarial, nomeadamente facilitando o apoio à exploração económica de novas ideias e incentivando a criação de novas empresas, inclusive através de incubadoras, viveiros de empresas, entre outras;
- Qualificar o tecido empresarial e aumentar a sua dimensão média, promovendo posicionamentos mais qualificados das empresas portuguesas em cadeias de valor internacionais, explorando também as oportunidades decorrentes da digitalização, das alterações climáticas/economia

circular dos serviços dos ecossistemas e economia azul ou da evolução demográfica e do envelhecimento;

- Aumentar a intensidade em conhecimento, através do reforço das condições de incorporação de conhecimento e da digitalização na atividade produtiva, promovendo um sistema de inovação aberto e a melhoria do quadro de absorção de conhecimento no tecido económico nacional, seja reforçando os mecanismos de incorporação de I&D realizada pelas entidades não empresariais do Sistema de I&I seja reforçando a criação de conhecimento no seio das empresas;
 - Estimular a produção de bens e serviços por via do aproveitamento das oportunidades de mercado criadas pela dinamização do investimento público e privado, sobretudo em novos domínios emergentes (e. g. digitalização, transição energética, mobilidade, reabilitação), contribuindo simultaneamente para a competitividade da produção nacional
- **Qualificação dos recursos humanos**, serão prosseguidos os seguintes eixos de intervenção:
- Combater o abandono e insucesso escolar e desenvolver competências adequadas à sociedade atual e potenciadoras de transformações sociais;
 - Alinhar a qualificação inicial dos jovens com as novas especializações económicas, dando particular atenção às competências digitais, e à promoção da inserção profissional dos jovens;
 - Promover a formação contínua e a ALV, incluindo a elevação dos níveis de qualificação e a melhoria e reconversão de competências dos ativos, dando particular atenção às competências digitais e às novas competências alinhadas com as novas profissões;
 - Aumentar o número de jovens a frequentar o ensino superior e promover o sucesso/conclusão deste nível de ensino (garantindo o aumento da taxa de progressão dos estudos até à aquisição do respetivo diploma), com foco nas competências alinhadas com as novas especializações económicas;
 - Promover a formação avançada de recursos humanos em todas as áreas do conhecimento, dando particular atenção aos domínios e áreas alinhados com novas especializações económicas e as necessidades do mercado de trabalho, assim como às competências digitais.
- **Qualificação das instituições**, serão prosseguidos os seguintes eixos de intervenção:



- Modernizar, capacitar institucionalmente e formar a Administração Pública, explorando em particular as vantagens associadas aos serviços públicos digitais e ao acesso às TIC e promovendo ganhos de eficiência, a inovação nos modelos de gestão e a promoção da ética;
- Simplificar os procedimentos administrativos, reduzir os custos de contexto e aproximar as estruturas públicas, procurando garantir um ambiente mais favorável para o setor empresarial, desenvolver a sua atividade e os cidadãos cumprirem as suas obrigações.